



CyP

Revista Cambios y Permanencias
Publicación multi e interdisciplinar
orientada a los estudios sociales

Revista Cambios y Permanencias

Grupo de Investigación Historia, Archivística y Redes de Investigación

Vol.11, Núm. 1, pp. 1526-1543 - ISSN 2027-5528

A importância dos espaços de sociabilidade, das ONGs, das entidades, da Universidade para a “narrativa que vem de baixo” do movimento LGBT brasileiro

The importance of sociability spaces, ONGs, entities, University for the “narrative that comes from below” of the Brazilian LGBTI movement

Damião Rocha

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFT) - Brasil
orcid.org/0000-0002-5788-7517

HAREDES
Grupo de
Investigación
Historia
Archivística y
Redes de
Investigación



Universidad
Industrial de
Santander

Universidad Industrial de Santander / cambiosypermanencias@uis.edu.co

A importância dos espaços de sociabilidade, das ONGs, das entidades, da Universidade para a “narrativa que vem de baixo” do movimento LGBT brasileiro

Damião Rocha

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFT) - Brasil

Pós-Dr.

Doutorado em Educação na Amazônia (EDUCANORTE).

Professor associado Pedagogia / PPGE(UFT).

Coordenador do mestrado profissional em educação/PPPGE(UFT)

Correo electrónico: damiao@uft.edu.br

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0002-5788-7517>

Resumo

O movimento LGBT em Palmas, capital do Tocantins, Brasil, se fortaleceu com o Grupo Ipê Amarelo de Conscientização e Luta pela Livre Orientação Sexual (Giama), a primeira ONG que representa esse público em 2002 e a abertura da boate Dama de Paus, a primeira de entretenimento gay em 2003, que juntas contribuíram para a realização da 1ª parada do orgulho gay daquele ano, reunindo cerca de 400 pessoas. É sustentado pelo Núcleo LGBT Tear da UFT, criado em dezembro de 2006, e com a UNE ao iniciar o debate sobre a diversidade sexual no movimento estudantil. Posteriormente, em 2010, foi criada a boate *The Cave* e o bar Lanterna em 2013. Trazemos narrativas de eventos LGBT no Tocantins, abordando espaços de sociabilidade gay, uma amostra da investigação do (não)impacto desse movimento na mudança de currículos da graduação na UFT até 2010. Com metodologia de história oral temática baseada em Santos (2008) Alberti (2005), Minayo (2001) e Triviños (1987) e pesquisa documental. Faz parte do trabalho que desenvolvemos

1526

no PPGE/UFT nos últimos quatro anos. Tensões e divergências são constitutivas dos movimentos sociais, pois disputam identidades, estratégias, concepções de cidadania e projetos de sociedade. A história dos grupos subalternizados precisa ser escrita, fazer historiografia e, como pesquisadores implicados, procuramos debater a (in)visibilidade, da "história que vem de baixo" e, assim, (re)construir "memórias esquecidas" e subsumidas no preconceito, no ódio, na denegação de gênero que acirram a LGBTfobia e suas formas relacionadas de violência às pessoas LGBT.

Palavras-chave: História oral; Movimento LGBT no Tocantins; Sociabilidade gay

La importancia de los espacios de sociabilidad, las ONG, las entidades, la Universidad para la "narrativa que viene de abajo" del movimiento LGBTI brasileño

Resumen

El movimiento LGBT en Palmas, capital de Tocantins, Brasil, se fortaleció con el Grupo Ipê Amarelo para la Conciencia y la Lucha por la Orientación Sexual Libre (Giama), la primera ONG que representa a este público en 2002 y la apertura de la discoteca Dama de Paus, el primer evento de entretenimiento gay en 2003, que en conjunto contribuyó al primer desfile del orgullo gay de ese año, que reunió a unas 400 personas. Cuenta con el apoyo del Centro LGBT Tear de UFT, creado en diciembre de 2006, y con UNE al comenzar el debate sobre la diversidad sexual en el movimiento estudiantil. Posteriormente, en 2010, se crearon el club nocturno *The Cave* y el bar Lanterna en 2013. Traemos narrativas de eventos LGBT en Tocantins, abordando espacios de sociabilidad gay, una muestra de la investigación del (no)impacto de este movimiento en el cambio de planes de estudios de pregrado en UFT hasta 2010. Con metodología de historia oral temática basada en Santos (2008) Alberti (2005), Minayo (2001) y Triviños (1987) e investigación documental. Es parte del trabajo que hemos desarrollado en PPGE/UFT en los últimos cuatro años. Las tensiones y las divergencias son constitutivas de los movimientos sociales,

ya que disputan identidades, estrategias, concepciones de ciudadanía y proyectos de la sociedad. La historia de los grupos subalternizados necesita ser escrita, para hacer historiografía y, como investigadores involucrados, buscamos debatir la (in)visibilidad, de la "historia que viene de abajo" y, por lo tanto, (re)construir "recuerdos olvidados" y subsumir en prejuicios, en el odio, en la negación del género que hace que la fobia LGBT y sus formas relacionadas de violencia contra las personas LGBT.

Palabras clave: Historia oral; Movimiento LGBT en Tocantins; Sociabilidad gay

The importance of sociability spaces, ONGs, entities, University for the “narrative that comes from below” of the Brazilian LGBTI movement

Abstract

The LGBT movement in Palmas, capital of Tocantins, Brazil, was strengthened with the Ipê Amarelo Group for Awareness and Struggle for Free Sexual Orientation (Giama), the first NGO that represents this public in 2002 and the opening of the Dama de Paus nightclub, the first gay entertainment event in 2003, which together contributed to the first gay pride parade of that year, bringing together about 400 people. It is supported by the Núcleo LGBT Tear da UFT, created in December 2006, and with UNE when starting the debate on sexual diversity in the student movement. Subsequently, in 2010, The Cave nightclub and the Lanterna bar were created in 2013. We bring narratives of LGBT events in Tocantins, addressing spaces of gay sociability, a sample of the investigation of the (non) impact of this movement in changing undergraduate curricula in UFT until 2010. With thematic oral history methodology based on Santos (2008) Alberti (2005), Minayo (2001) and Triviños (1987) and documentary research. It is part of the work that we have developed at PPGE/UFT in the last four years. Tensions and divergences are constitutive of social movements, as they dispute identities, strategies, conceptions of citizenship and projects of society. The history of subalternized groups needs to be written, to make

historiography and, as researchers involved, we seek to debate the (in)visibility, of the "history from below" and, thus, (re)build "forgotten memories" and subsumed in prejudice, in hatred, in the gender denial that aggravate LGBT phobia and its related forms of violence against LGBT people.

Keywords: Oral history; LGBTI movement in Tocantins; Gay sociability.

1. A (s) história (s) da (s) diversidade (s) sexual e de gênero no Brasil.

Apesar de históricos e controversos, ainda pode-se dizer que os estudos e pesquisas sobre a inclusão/exclusão da educação sexual como disciplina nas escolas brasileiras é uma questão ainda em aberto e não consolidada, assim como a questão da diversidade sexual e de gênero nos currículos da graduação, ainda é uma demanda, para que se entenda as diferenças, apesar que nos últimos anos um número expressivo de congressos, eventos diversos e publicações tem posto em debate as diferenças.

A Igreja católica, no Brasil, até a década de 60 do século passado foi um dos redutores mais enfáticos da educação sexual nas escolas. A influência da rede católica de ensino e sua filosofia judaico-cristã sobre a rede laica impediu o que poderia ter se constituído numa “cultura sexual”. As editoras católicas Paulinas e Vozes publicaram livros em que disseminaram a visão pecaminosa das questões relacionadas à sexualidade: masturbação, aborto, adultério etc. Tem sido recorrente considerar o comportamento sexual humano quase que sacramental por natureza. Quaisquer ações relativas ao comportamento sexual homogenital são considerados pecaminosos porque atos sexuais, por natureza, são para estes, unitivos e procriativos.

A cultura religiosa cristã também entende que a complementaridade dos sexos seja parte do plano de Deus para a humanidade. Atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo são incompatíveis com essas crenças. Considera a castidade um chamado universal, que todas as pessoas devem viver de acordo com o seu estado de vida, seja: solteiro, casado, ministro ordenado ou consagrado. No entanto, a Igreja católica, afirma que somente os que são de orientação heterossexual têm a opção de expressar sua castidade através do amor no casamento, ou seja, apenas aos heterossexuais pode ser confirmado e administrado o sacramento do matrimônio. E ainda, somente os candidatos heterossexuais masculinos devem ser ordenados sacerdotes.

No último pontificado da Igreja Católica, o Papa Bento XVI aprovou no dia 31 de agosto de 2005, um documento eclesiástico segundo o qual, a igreja não poderia admitir nos seus centros de formação sacerdotal e nas ordens sagradas aqueles que praticam a

homossexualidade, apresentassem “tendências homossexuais” enraizadas ou que apoiam o que se chama de “cultura gay”.

A crescente participação política e a atuação dos setores religiosos nas instâncias decisórias do país, especialmente dos grupos pentecostais e neopentecostais, demonstram interações entre religião e Estado. O aumento das candidaturas eleitorais de distintas confissões religiosas se relaciona com o que estas instituições têm nomeado de “direito de defender sua verdade” e atuar na esfera pública em oposições as ações que ameçam os valores cultivados no religioso. Observa-se que a defesa destes valores religiosos na esfera pública se conecta a sofisticados mecanismos de produção de “pânicos morais”, refletidos em estratégias para evitar a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos (Irineu, 2018, p. 472).

No Brasil, na década de 1980, a partir da abertura política, foram realizados vários debates sobre educação sexual nos eventos realizados, a exemplo da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da I Conferência Brasileira de Educação (CBE), a partir de certo relaxamento da censura oficial e oficiosa no que se referia à sexualidade e a educação sexual.

Unos movimientos sociales com historia. Así lo precisa el estudio sistemático de los movimientos sociales de nuevo tipo, que toma forma en la década de 1960 en las universidades de Estados Unidos y Europa. Fue el período de crecimiento de la actividad y visibilidad de nuevos sujetos colectivos que tuvieron su máxima expresión en las movilizaciones por los derechos civiles y la resistencia contra la guerra em Vietnam en Estados Unidos, y en las jornadas de mayo de 1968 en Francia y en otros países del centro y la periferia de mundo, en um extraordinario activismo que Immanuel Wallerstein bautizó como “revolución mundial de 1968” (Zibechi, 2017, p. 11).

De lá pra cá muitas mudanças ocorreram na educação brasileira e nos currículos. No final dos anos 1990 o Governo Federal criou o tema transversal “Orientação Sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e sua inserção no âmbito escolar, porém sem uma política efetiva de respeito às diferenças.

Os temas transversais introduzidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram divididos em seis áreas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis) , Meio Ambiente (Os ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental), Saúde (autocuidado, vida coletiva), Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social e produtor de cultura,

Pluralidade Cultural e Cidadania) e Trabalho e Consumo (Relações de Trabalho; Trabalho, Consumo, Meio Ambiente e Saúde; Consumo, Meios de Comunicação de Massas, Publicidade e Vendas; Direitos Humanos, Cidadania). Passou a ser abordado também temas como: Trabalho, Orientação para o Trânsito, etc.

Nos anos 2000 com a criação pelo Governo Federal da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) houve um agendamento das discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, a partir da qual, dentre outros, destaca-se o Programa “Brasil Sem Homofobia”, um programa que visou o combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, assim como outra ação importante que foi a criação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) desenvolvido pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) da CAPES/MEC em convênios com universidades públicas.

A inclusão do debate sobre diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorreu, em meados dos anos 1970, em grande parte por pressão de grupos politicamente atuantes de feministas, de lésbicas e gays: assistimos, então, no plano internacional, à criação dos departamentos de Estudos da Mulher e, posteriormente, à dos Estudos Gays e Lésbicos em universidades americanas: trava-se, na origem, de criar alternativas e formas de resistência aos sintomas de sexismo, machismo e homofobia que ainda hoje atuam de forma profunda ou invisível nas mais democráticas das nossas sociedades.

Cumpra também destacar, no mesmo horizonte, a presença das Teorias Queer que, na década de 90, colocaram em questão as próprias categorias identitárias das práticas sexuais e de gênero, levando a educação a rever suas formas binárias e excludentes de pensar tais categorias, mesmo quando propõe políticas de tolerância: pensar a produção histórica de conceitos como gênero e sexualidade pode constituir-se em estratégia de resistência às tentativas de demarcar fronteiras rígidas entre as práticas sexuais e as experimentações de gênero, permitindo a construção, no horizonte da escola, de uma extensa variação temática (Fontes, 2008, p. 13).

Conforme dados do Observatório da Educação, o número de propostas que criam novas disciplinas ou propõem alterações no currículo escolar em tramitação no Congresso Nacional corresponde a um quarto de todos os projetos de educação. Entre eles estão o ensino de Esperanto, Educação no Trânsito e Direito do Consumidor.

No caso da sexualidade a preocupação em discipliná-la, normatizá-la perpassa pela concepção de que são necessárias intervenções educativas e normativas por parte dos adultos sobre os jovens.

As teses científicas sobre a juventude enfatizam que, a partir de transformações corporais e do desenvolvimento dos hormônios sexuais, o corpo na adolescência está à mercê de impulsos de difícil controle. Então, nessa perspectiva, o planejamento e a premeditação estão descartados da relação sexual. O que permite ao jovem ingressar na vida sexual parece ser o acaso e o impulso do momento. O adolescente é habitado, por um lado, por um novo corpo; por outro, por um estatuto social que o subestima e que o declara incapaz.

Assim, a adolescência é uma questão de poder que os adultos devem administrar; e os adolescentes devem ser protegidos deles mesmos.

É evidente que o corpo e a sexualidade são enfatizados em outros momentos da vida, mas na adolescência há um excesso desse realce (Soares, 2000, p. 155).

Nos PCN a forma como é retratada a sexualidade dispensa a abordagem histórico-cultural e lhe confere um caráter informativo, natural, apenas como uma das necessidades básicas e fisiológicas do humano.

Já nos anos 2000, apesar da legitimidade da decisão do Supremo Tribunal Federal no Brasil acerca do reconhecimento das relações homoafetivas e do Poder Judiciário sobre as relações homoafetivas como entidade familiar a partir de 2011, ainda há muita omissão legislativa e a negação de direitos no que se refere à diversidade sexual e de gênero, o que por outro lado a recomendação nos currículos escolares do tema transversal Orientação Sexual não qualificou a demanda de direitos dos seus atores sociais.

Estamos en tiempos confusos con lenguajes difusos, evasivos y desligados de los acontecimientos mismos, es decir, tiempos y lenguajes intoxicados que intoxican nuestros pensamientos, que intoxican a la humanidad, porque, a no dudarlo, hay que estar muy intoxicado para proponer guerras de exterminio o de colonización. Tenemos unos tiempos, así como unos lenguajes, contaminados, tiempos poblados por el comercio, por la maldad latente de los dueños del dinero (González, 2019, p. 51).

No entanto em 3 de junho de 2003 a Santa Sé emitiu o documento "Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais" no qual é afirmado que,

Nas uniões homossexuais estão totalmente ausentes os elementos biológicos e antropológicos do matrimônio e da família, que poderiam dar um fundamento racional ao reconhecimento legal dessas uniões. Estas não se encontram em condição de garantir de modo adequado a procriação e a sobrevivência da espécie humana. A eventual utilização dos meios postos à sua disposição pelas recentes descobertas no campo da fecundação artificial, além de comportar graves faltas de respeito à dignidade humana, não alteraria minimamente essa sua inadequação.

Nas uniões homossexuais está totalmente ausente a dimensão conjugal, que representa a forma humana e ordenada das relações sexuais. Estas, de fato, são humanas, quando

e enquanto exprimem e promovem a mútua ajuda dos sexos no matrimônio e se mantêm abertas à transmissão da vida.

Como a experiência confirma, a falta da bipolaridade sexual cria obstáculos ao desenvolvimento normal das crianças eventualmente inseridas no interior dessas uniões. Falta-lhes, de fato, a experiência da maternidade ou paternidade. Inserir crianças nas uniões homossexuais através da adoção significa, na realidade, praticar a violência sobre essas crianças, no sentido que se aproveita do seu estado de fraqueza para introduzi-las em ambientes que não favorecem o seu pleno desenvolvimento humano. Não há dúvida que tal prática seria gravemente imoral e por-se-ia em aberta contradição com o princípio reconhecido também pela Convenção Internacional da ONU sobre os direitos da criança, segundo o qual, o interesse superior a tutelar é sempre o da criança, que é a parte mais fraca e indefesa (Wikipedia, 2012).

A partir destes apontamentos interpelamos como se manejam as pessoas LGBT em Palmas, relatando espaços de sociabilidade, por entendermos que para além de guetos, espaços públicos dão visibilidade e potenciam o exercício da cidadania e da identidade de gênero.

2. A cidade de Palmas e seus espaços de sociabilidade LGBT

Embora o estado do Tocantins se localize na região Norte do Brasil, há que se considerar sua proximidade com os estados da região Centro-Oeste. O Tocantins foi criado em 1988 e a região na qual se localiza fazia parte do estado de Goiás. Portanto a história do movimento LGBT no Estado tem relação com os grupos do movimento LGBT goiano.

Ao nos voltarmos para Palmas, *lócus* de nossa amostragem, é importante refletirmos o contexto da sua implantação em 1989 como capital do estado do Tocantins, localizada na região Norte do Brasil.

O plano de uma cidade moderna e urbanizada prossegue em execução até os dias de hoje, com áreas industriais, comerciais e residenciais bem demarcadas, estrutura favorável ao desenvolvimento do comércio como proposta da economia neoliberal pregada pelos criadores do Estado. Esse “nascimento a partir do nada” confere a Palmas sua marca mais forte: a mistura de pessoas das mais variadas partes do país e do interior do Estado, desde os chamados pioneiros até as massas de migrantes contemporâneos, atraídos pela promessa de oportunidades tanto para negócios, trabalho, educação e moradia. Paralelo a isso, há a evidente contradição (negativa ou não) de um desenho moderno (à moda de Brasília), mas ainda inacabado e salpicado por amplos espaços de cerrado que um dia darão lugar a quadras residenciais; um ambiente pensado para ser cosmopolita, mas coabitado pelo conservadorismo do Brasil mais profundo e interiorano (Soares Y Souza, 2011, p. 7).

Considerando esse contexto urbano-espacial de Palmas, o trabalho quer repercutir o diálogo com as teorias da diversidade sexual e de gênero e as experiências de sociabilidade

gay que emergem dos espaços das cidades e que envolvem seus agentes, suas formas de interação, exclusão e inclusão, uma vez que a cultura gay parece (re)presentada na mídia ora pela alegria, diversão e bom humor, ora pela ousadia, transgressão, subversão, ambiguidade e ironia, como é esperado nas manifestações públicas como nas “festivas” paradas gays.

As paradas do orgulho ocorreram até 2013, sendo organizadas pelo Giama, com temas articulados aos propostos na parada de São Paulo e com média de público de 7 mil pessoas, nos anos de 2009 a 2012. Já no ano de 2014, a parada foi organizada pelo grupo Kizomba Arco-Íris, coletivo partidário ao PT e vinculado ao movimento estudantil. No ano de 2015, após rompimento entre militantes deste coletivo partidário, que migraram para a União da Juventude Socialista (UJS), fundou-se o Coletivo LGBT do Tocantins. Os dois últimos anos mostram uma queda no número de participantes no evento, tendo reunido, em 2015, menos de 1 mil pessoas (Irineu Y Rodrigues, 2015, p. 119).

Considerando que a heteronormatividade implica a denegação de gênero, como ser gay em Palmas, capital do Tocantins, com poucos espaços de sociabilidade? De que espaços o gay dispõe para reafirmar sua posição de sujeito e enfrentar a denegação, visto que, nos ambientes gays existentes, já ocorrem a homofobia específica de gays contra gays? Estamos entendendo que os espaços de sociabilidade são importantes como afirmação identitária e de visibilidade, dado que se tem discutido muito a invisibilidade destes grupos sociais e seu processo de armário.

3. A boate Damas de Paus e o bar Lanterna

O gay em Palmas possui poucos espaços de sociabilidade. Não há saunas ou cinemas pornôis; apenas um pub (Laterna) e uma boate gay (*The Cave*). Existem dois cinemas nos shoppings, seis motéis com normas e regras próprias de convivência heteronormativas, além de um parque e quatro praias de água doce.

O bar e a boate fecham durante as festas de final de ano e nas férias escolares. As praias são mais frequentadas apenas no mês de julho, temporada de estiagem, do sol e das férias.

A mídia, a denegação de gênero e a falta de espaços de sociabilidade contribuem para que aconteçam atitudes que repelem e interditam, mesmo entre gays, os chamados “afeminados” (aqueles que não têm ou perderam os modos viris de homossexual masculino) ou as “pintosas” passivas. Sem espaços para conviver, se ver e se confrontar,

não há visibilidade; e os poucos espaços públicos são segmentados e segregacionistas, o que reforça ainda mais os cerceamentos.

Para um homem heterossexual, confrontar-se com um homem efeminado desperta a angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade; tanto mais que esta teve de construir-se em oposição à sensibilidade, à passividade, à vulnerabilidade e à ternura, enquanto atributos do “sexo frágil”. Nesse sentido, um grande número de homens que assumem um papel ativo na relação sexual com outros homens, na realidade, em vez do sexo do parceiro, a passividade é que, para eles, determina o pertencimento ao gênero masculino. O fato de ser penetrado aparece, assim, como o caráter próprio do sexo feminino; essa passividade, vivenciada como uma feminização, é suscetível de tornar o sujeito efetivamente homossexual. Em compensação, ao adotar o papel ativo, o indivíduo não traiçoa seu gênero e, por conseguinte, não corre o risco de tornar-se “*pédé*”. No entanto, é insuficiente ser ativo: ainda é necessário que essa penetração não seja acompanhada de afeto, porque essa atitude poderia colocar em perigo a imagem de sua própria masculinidade (Borrillo, 2010, pp. 89-90).

No cenário gay de Palmas, até 2010, quando foi fechada, a única opção de boate era a Damas de Paus (DP). Criada em 2003, era o famoso bar do Jhony. A casa apresentava paródias, caricaturas das novelas e filmes daquele momento, além de shows de *gogo boys*, *gogo girls*, *drags* e transformistas.

A DP era um espaço acessível e livre a todos, de convívio e trocas, de encontros e relações; local para sair no final de semana para reencontrar amigos. Foi também palco de ação política, por ter sido uma das principais protagonistas na organização e realização das primeiras paradas LGBT no Tocantins.

Além do ambiente de bar e palco de shows, a boate tinha *dark room*, e uma sala de projeção de filmes de sexo gay. Apesar de não contar com uma infraestrutura espetacular igual à dos grandes centros, era o *hot point* de encontro gay da capital.

O que a DP representava como espaço público de sociabilidade gay difere do pub Lanterna e da boate The Cave, uma vez que havia uma identificação do seu público com esse território; esse público, atualmente, não frequenta nem o bar nem a boate.

A Dama de Paus reabriu em Araguaína, por um tempo curto, no ano de 2011, mas fechou as portas. Entre 2012 e 2013, o mesmo proprietário retornou a Palmas e abriu um bar chamado 77 Beer, que trazia música ao vivo. O bar se localizava em uma região de hotéis e uma área de pouca circulação onde mantinha um público frequente até se mudar para uma estrutura de boate também em uma região de hotéis e comércios diurnos, ficando aberta menos de um ano. Houve outro bar que também

funcionou por pouco tempo e que abria esporadicamente com música ao vivo, chamado PMW, que funcionou entre 2009 e 2010 (Irineu Y Rodrigues, 2015, p. 120).

Os poucos territórios públicos de sociabilidade heterossexual existentes em Palmas, atualmente, “permitem” aos gays “normatizados” andar livremente, mas sem paquerar e muito menos ter contato afetivo, relações sexuais furtivas e esporádicas ou beijaços.

Em uma sociedade androcêntrica como a nossa, os valores apreciados de forma especial são os masculinos; neste caso, sua “traição” só pode desencadear as mais severas condenações. Portanto, o cúmulo da falta de virilidade consiste em assemelhar-se à feminilidade, “disfarçar-se de *drag queen*”, “assumir trejeitos femininos”, “maquiar-se para frequentar casas noturnas” ou “falar com uma vozinha aguda e efeminada” (Borrillo, 2010, p. 88).

O que se observa é que, devido às “marcações” dos dois únicos locais de sociabilidade gay em Palmas, os gays “não anunciados”, “as masculinidades fingidas” ou “falsos heteros” que têm condições econômicas melhores (profissionais liberais ou de carreira do alto escalão do governo estadual e federal) procuram as capitais mais próximas, como Goiânia, Salvador e São Paulo para seus flertes, casos amorosos ou simplesmente um corpo.

Diversidade sexual e de gênero denegada e sem espaços de sociabilidade, como a escola e a Universidade tem trabalhado as questões identitárias das pessoas LGBT, dado que no Tocantins, foram criadas ONGs, grupos na Universidade sobre LGBT. Houve influência desse movimento nos currículos no Tocantins. Foram as questões que motivaram a realização da amostra na Universidade questionando onde está diversidade.

4. Amostra da (s) pesquisa (s) sobre a (s) diversidade (s) sexual e de gênero na UFT

A amostra é parte da pesquisa Fazendo Gênero: a diversidade na Universidade, financiada pelo CNPq, iniciada no segundo semestre do ano letivo de 2010, coordenada por nós, desenvolvida com o apoio de alunos bolsistas sob nossa orientação.

Em relação a “Diversidade Sexual nos cursos semestrais de Pedagogia da UFT” seus objetivos foram: compreender a diversidade sexual (HSH, MSM, Homossexuais, Gays, Bissexuais, Lésbicas, Transgêneros, Transexuais) nos cursos de Pedagogia da UFT dos *campi* de Arraias, Palmas, Miracema, Tocantinópolis.

Nessa perspectiva visamos entender se a temática da diversidade se articula à diversidade das diferenças como mecanismo abrangente das intenções formativas. Os

objetivos foram delimitados em metas formuladas na forma de perguntas de pesquisa no intuito de busca de respostas ao problema investigado da diversidade sexual nos cursos da área de licenciaturas na UFT: a) quais disciplinas dos PPC possuem ementas que abordam a diversidade sexual? b) quais as disciplinas (obrigatórias, optativas) possuem autores/referências bibliográficas no PCC que abordam a diversidade sexual? c) quais tipos de diversidade são abordadas pelo PPC do curso?

Sobre a representação da diversidade sexual nos cursos de Pedagogia da UFT investigou-se a concepção de diversidade sexual e os sentidos que a diversidade sexual assume no currículo dos cursos pesquisados de Pedagogia da UFT. Podemos interpretar a partir da amostra dos cursos de licenciaturas que os PPC destes cursos, apresentam um currículo centrado nas matérias e organizado na grade curricular. Todavia os textos sugerem em seus argumentos apenas aspectos da diversidade cultural.

O curso de Palmas ao abordar o respeito à “liberdade” e defender “acolher na diversidade”, reforça o reconhecimento do outro, inclusive em sua orientação sexual e de gênero. Já no curso de Miracema ao retratar o contexto da sociedade atual deixa transparecer a preocupação da “formação solidária” questionando dentre outros aspectos a questão da indiferença, apatia em relação ao outro, ao advertir sobre os fundamentalismos de religião, raça, sexual.

O curso de Arraias ao tratar do perfil do egresso reforça a preocupação com a consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras. Neste PPC estão evidenciadas as diversas abordagens da “diversidade” inclusive da “diversidade sexual”.

Em relação à carga-horária e a quantidade de disciplinas obrigatórias e optativas podemos interpretar que, mesmo que a “diversidade sexual” estivesse contemplada nas disciplinas de todos os cursos, não significaria que o debate sobre diversidade sexual fosse feito pelos alunos do curso. Os alunos deverão cumprir a carga horária total do curso (obrigatórias e optativas), mas não as disciplinas, pois estes poderão optar em cumpri-la em outros cursos, sobre outras abordagens. E são nas disciplinas optativas que mais aparecem a abordagem das diversidades.

O diferencial em relação aos cursos de Pedagogia da UFT está nas atividades integrantes. Elas diferem das disciplinas optativas e obrigatórias pelo seu caráter de atividade que comporta estudo de uma temática ou evento específico de uma temática, a exemplo do curso de Palmas, que já ofertou em atividade integrante “Corpo e Juventude” e “Minorias e Homocultura”. A temática da “diversidade sexual” apareceu de forma clara nos eventos nos cursos de Palmas e Tocantinópolis. No curso de Arraias a “diversidade étnico-racial”, e no curso de Miracema a “diversidade rural e ambiental”.

No geral a diversidade sexual: HSH, MSM, Homossexuais, Gays, Bissexuais, Lésbicas, Transgêneros, Transexuais, ainda possuem pouca ou quase nenhuma incidência na amostra dos cursos de licenciaturas da UFT da área de educação.

Em relação a pesquisa “A diversidade sexual nos cursos de Direito, Serviço Social e Ciências Sociais da UFT, os estudos e a pesquisa oportunizaram a compreensão do debate no entorno da diversidade no meio acadêmico. Sobre a representação da diversidade sexual nos cursos da UFT investigou-se a concepção de diversidade sexual e os sentidos que a diversidade sexual assume no currículo dos cursos pesquisados. Podemos interpretar a partir da amostra dos cursos de bacharelado, que os PPC destes cursos, apresentam um currículo centrado nas matérias e organizado na grade curricular, o que dificulta a penetrabilidade das diversidades, em especial, da diversidade sexual.

Na pesquisa sobre a diversidade sexual no curso de Direito não foi encontrada nenhuma ementa que faça referência a questão de gênero e diversidade sexual. Há, no entanto, nas referências bibliográficas do curso, a disciplina de Direito Civil - Famílias, a abordagem de bibliografia que discute os novos direitos para casais homoafetivos. Na ementa da disciplina Direito Civil – Famílias, entretanto, não há nenhuma referência a diversidade sexual.

Não foi encontrado no PPC do curso de direito nenhuma menção ao termo “diversidade sexual”, embora apareçam várias referências ao termo “diversidade” no sentido geral, com destaque para a diversidade cultural, diversidade ambiental e menores incidências diversidade étnico-racial.

Sobre a diversidade sexual nos cursos pesquisados, o PPC de Serviço Social aborda vários tipos de “diversidade”. Dos cursos pesquisados é o curso que mais possui citações ao

termo diversidade. No início do PPC a “diversidade” aparece na perspectiva regional e local, figurando como um dos eixos de trabalho para o ensino no curso.

Nas disciplinas optativas do curso identificamos referência ao termo “diversidade”, não apenas a questão de diversidade no sentido amplo, mas à diversidade sexual. Na disciplina “Sexualidades, Corporalidades e Direitos”, a ementa aborda os temas referentes às sexualidades.

No currículo do curso de Ciências Sociais, especificamente nas ementas do curso e bibliografias não encontramos nenhuma referência ao termo “diversidade sexual”. Apesar de tratar da diversidade cultural e ambiental, faz abordagem a “diversidades” no plural.

Dentre os currículos pesquisados o PPC de Ciências Sociais é um dos cursos novos da Universidade. Os demais cursos são mais antigos, porém já tiveram seus PPC reestruturados. Apesar da quantidade de disciplinas obrigatórias e optativas ou eletivas, quando há abordagem da diversidade sexual, ela está proposta para ser escolhida ou não, o que não garante a todos os alunos a discussão sobre a diversidade sexual.

Apesar do curso de Serviço Social ser o único que expressamente debate sobre a diversidade sexual, não há garantia que o tema da diversidade sexual seja estudado. Em relação a carga-horária entre as disciplinas obrigatórias e optativas, podemos interpretar que, mesmo que a diversidade sexual estivesse contemplada nas disciplinas de todos os cursos, não significa que o debate sobre diversidade sexual seja realizado pelos alunos daquele curso. Os alunos deverão cumprir a carga horária total do curso (obrigatórias e optativas), mas não as disciplinas, pois estes poderão optar em cumpri-la em outros cursos, sobre outras abordagens.

Analisando a frequência da palavra “diversidade” nos PPC dos cursos pesquisados, identifica-se que a maior frequência é do termo diversidade cultural. A diversidade sexual apareceu apenas uma única vez no PPC de Serviço Social.

No geral a diversidade sexual: HSH, Homossexuais, Gays, Bissexuais, Lésbicas, Transgêneros, Transexuais, ainda possuem pouca ou quase nenhuma incidência na amostra dos cursos de bacharelado da UFT da área de ciências sociais aplicadas.

Ao analisar os currículos percebemos o quanto precisamos pensar à esquerda.

¿A qué izquierdas me dirijo? a los partidos y movimientos sociales que luchan contra el capitalismo, el colonialismo, el racismo, el sexismo y la homofobia, y a toda la

ciudadanía que, sin estar organizada, comparte los objetivos y aspiraciones de quienes se organizan para luchar contra estos fenómenos. es un público muy amplio, sobre todo porque incluye a quienes llevan a cabo prácticas de izquierda sin considerarse de izquierda. Y, sin embargo, parece tan pequeño (Boaventura Santos, 2018, p. 150).

Precisamos mudar de paradigma e entendermos que a mudança que queremos virá pelos militantes dos direitos humanos, pela sociedade civil organizada preocupada como o futuro da democracia.

Concluindo...

Queremos discutir a homofobia. “As duas formas específicas de hostilidade” (Borrillo, 2010) contra os LGBTT: os “atos de discriminação” (fatos materiais) e os “discursos de ódio” (provocações à discriminação ou à violência).

Defendemos a homossexualidade como uma forma de sexualidade tão legítima quanto a heterossexualidade. Uma manifestação do pluralismo sexual, uma variante constante e regular da sexualidade humana (Borrillo, 2010). Por conseguinte, denunciamos a homofobia geral, a homofobia clínica, a homofobia individual, a homofobia institucional, a homofobia específica, a jurídica e a social.

Na nossa percepção, dos espaços de sociabilidade gay, há um risco eminente do aumento de práticas homofóbicas. Palmas é uma capital jovem do Brasil, mas umas das poucas capitais brasileiras que não possuem uma lei municipal de combate à discriminação por orientação sexual.

Há evidentes práticas de “denegação de gênero” e de homofobia nestes espaços. Denegar significa recusar a veracidade de um fato; negar. A não aceitabilidade da realidade, é a característica de uma situação que não foi permitida, que não foi concedida, ou seja, um fenômeno negado. Rechaçar: forçar a retirada, o recuo de; rebater, repelir. A denegação e o rechaçar são mecanismos de defesa em que o sujeito se recusa a reconhecer como seu, um pensamento ou um desejo que foi anteriormente expresso conscientemente. Nos tempos e espaços atuais, “a diferença é uma realidade que suscita novos desafios para a escola e que não pode ser ignorada ou silenciada” (Andrade, 2015, p. 13).

Referências

- Andrade, M. (Org.). (2015). *Diferenças silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações*. Rio de Janeiro, Brasil: 7Letras.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Fontes, M. (2007). Os percursos do corpo na cultura contemporânea. In: C. Edvaldo Souza., Goellner., y S. Vilodre. *Corpos mutantes*. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS.
- González, M. A. (2019). Tiempos intoxicados en sociedades agendadas: sospechar un poco del tiempo educativo. Bogotá, Colombia: Ediciones desde abajo, Coedición Universidad de Manizales.
- Irineu, B. A. (2018). Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos de 2020 e 2014. In: J. N. Green., R. Quinalha., y M. Fernandes. (Orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. Brasil: Alameda.
- Irineu, B. A., y Rodrigues, M. M. (2015). Militância LGBT, memória e extensão universitária: reconstruindo histórias de resistência a partir da produção de um documentário. *Revista Feminismos*, 3(1). Recuperado de www.feminismos.neim.ufba.br
- Rocha, J. D. T., Galvão, M. de O. (2011). Aspectos da diversidade sexual no curso de Direito da UFT. *Seminário de Educação, Gênero e Infância*. Tocantinópolis, Brasil: UFT.
- Rocha, J. Damião T. (2012). Juventude LGBT e *bullying* homofóbico nas instituições educacionais: relatos e debates de experiências no Tocantins. In: B. Irineu.,

- Froemming., C. Nunes (Orgs.). *Gênero, sexualidade e direitos: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e à homofobia*. Palmas, Brasil: Eduft.
- Rocha, J., Damião T. (2012). As picadas abertas no cerrado: ausência e emergência da diversidade sexual e de gênero nos currículos no Tocantins. In: Abeh – *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*. UFBA, Salvador, BA, ago.
- Rocha, J., Damião. T. et al. (2010). Conceitos e concepções sobre diversidade sexual nas conferências nacionais LGBTT e Conae. *VII Simpósio de Educação do Campus de Palmas Educar na(s) Diversidade(s)*. Palmas, Brasil: UFT.
- Rocha, J., Damião. T., y Damiana, F. (2011). Tópicos da diversidade sexual nos currículos de Pedagogia da UFT. *Seminário de Educação, Gênero e Infância*. Tocantinópolis, Brasil: UFT.
- Santos, B. S. (2018). *¿Reinventar las izquierdas?* (S. L.). Recuperado de file:///E:/latinoamerica_buena%20escuela%20bueno%20professor/Reinventar%20las%20izquierdas%20Boaventura%20sousa%20santos.pdf
- Soares, R. (2000). Adolescência: monstruosidade cultural? *Educação & Realidade, Porto Alegre*, 2(25), 151-159.
- Soares, S. R., Souza, A. de. (2011). O lugar representado: o Tocantins no cinema de si mesmo. *VIII Encontro Nacional de História da Mídia*. Guarapuava, Brasil: PR, Unicentro, abr.
- Zibechi, R. (2017). *Movimientos sociales en América Latina: El “mundo otro” en movimiento*. Bogotá, Colombia: Ediciones desde abajo, Coedición Universidad de Manizales.